

JUDICIÁRIO

Governo pede ao STF prorrogação do prazo para a regulamentação do plantio industrial para uso medicinal e quer mais diálogo

Cannabis tem debate retomado

» IAGO MAC CORD*

A Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou formalmente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a prorrogação por 180 dias do prazo para o governo regulamentar o cultivo industrial de cannabis, destinado exclusivamente a fins medicinais e farmacêuticos. O objetivo do pedido, apresentado em 30 de setembro, último dia do prazo anteriormente imposto, em novembro de 2024, pelo STJ —, é ampliar o diálogo com a sociedade e os atores envolvidos, citando a complexidade técnica e os impactos sociais e econômicos associados ao tema.

O debate regulatório em torno do uso medicinal da maconha é marcado pelo conflito de modelos de acesso, especialmente a viabilidade das associações de pacientes. Entidades voltadas para o uso medicinal da substância, como a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (Abrace) e a Associação Brasileira do Pito do Pangó (Abrapango) defendem o modelo de produção comunitária como uma alternativa mais acessível, com custos até 10 vezes mais baixos que os produtos industrializados. A regulamentação será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Marina Freitas do Nascimento, de 65 anos, paciente da Abrapango, exemplifica essa realidade. Ela buscou tratamento para dores crônicas, dores nos ombros decorrentes de acidentes, e falta de mobilidade, e relata que o medicamento da associação devolveu sua qualidade de vida, permitindo-lhe voltar às atividades físicas e controlar sua psoríase. Marina expressa temor de que uma regulamentação restritiva inviabilize o acesso, forçando-a a produtos industriais ineficazes ou que custam cerca de R\$ 2,7 mil, valor inacessível para ela.

“Sincera e esperançosamente, espero que a Anvisa se sensibilize e se conscientize com os casos reais relatados e admita a cannabis medicamentosa, para que eu possa dar

continuidade ao meu tratamento. Não só para mim, mas para todos que realmente precisam”, declarou.

Mônica Barcelos, diretora-executiva da Abrapango, afirma que, caso a regulamentação da Anvisa inviabilize as associações com exigências laboratoriais milionárias, as famílias ficarão desassistidas. No entanto, Cassiano Gomes, diretor-executivo e fundador da Abrace Esperança, destaca que as associações pioneiras estão se estruturando.

“Os objetivos da associação devem ser observados quanto às necessidades da Anvisa em fiscalizar. Uma associação pequena, alternativa, de mais ou menos 100 pacientes, não pode ter as mesmas exigências que uma associação como a Brás, que atende mais de 50 mil pacientes. Logo, eu acredito que a distinção de níveis de associação deve ser observada assim como é nas empresas”, explicou o diretor.

A Abrace, segundo Gomes, investiu mais de R\$ 8 milhões em quatro anos para atender às exigências de boas práticas e fabricação, provando que é possível obter controle de qualidade com padrão internacional. A Abrapango também mantém controle rígido e rastreabilidade dos produtos, que são analisados em laboratórios, como na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para verificar o teor de canabinoides e a ausência de contaminantes.

Segundo Renato Malcher, professor do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília (UnB) e especialista no estudo da cannabis para fins medicinais, a obrigação do governo é garantir que a abertura de espaço para interesses comerciais não ocorra em detrimento do acesso à medicina produzida pela natureza, sendo as associações as grandes responsáveis pelo acesso amplo e avanço da ciência no Brasil atualmente.

“Existe uma questão filosófica que não é nem a questão que a gente tem que entrar nesse momento, mas ela existe. E o fato de ser algo natural fez com que as pessoas passassem a descobrir maneiras de produzir e usar sem depender da tecnologia da

Bel Gandolfo/Abrapango



Especialistas defendem modelo de produção comunitária para o cultivo de cannabis para fins medicinais

indústria para fazer isso. O fato é que, neste momento, os grandes responsáveis, não só pelo acesso amplo ao uso da cannabis, mas pelo acesso a diversas variedades importantes para casos específicos, quanto também para o avanço da ciência no Brasil, são as associações”, destacou o especialista.

Limite baixo

Um dos principais pontos de atrito na regulamentação é o teor de tetrahydrocannabinol (THC) — substância responsável pela maioria dos efeitos psicoativos da maconha. O STJ mencionou em sua decisão (IAC nº 16 — Resp 2.024.250/

PR) um limite de 0,3% de THC para o cultivo industrial regulamentado.

No entanto, o limite é questionado. Mônica Barcelos, da Abrapango, relata que mais de 70% dos associados dependem de concentrações superiores a 0,3% de THC. O limite, se imposto, inviabilizaria muitos tratamentos em curso.

“E cerca de 90% demandam outros canabinoides, além de uma concentração superior de THC. Praticamente toda a comunidade, hoje, da Abrapango, de alguma forma, direta ou indireta, depende de um percentual maior do que 0,3 THC”, explicou a diretora da associação.

O único medicamento de cannabis registrado no Brasil, o Mevatyl, já vendido em farmácias

desde 2016, contém 35mg de THC e 30mg de CBD, superando amplamente o teor de 0,3%.

Malcher considera o parâmetro de 0,3% um padrão da indústria norte-americana, usado para distinguir o cânhamo (fibra) da planta psicoativa. Ele classifica o limite como arbitrário e politicamente motivado, pois, no clima brasileiro, o calor e a insolação intensa fazem com que as plantas produzam naturalmente mais THC, podendo subir de 0,3% para 0,8% ou mais.

Tais regras, se aplicadas, causariam grandes prejuízos aos investidores, pois as plantas que excederem esse limite seriam eliminadas e incineradas como drogas. A única forma de manter o limite de 0,3% seria por meio do cultivo indoor artificial

veterinário e defender um modelo que concilie acessibilidade com segurança, sempre colocando o bem-estar animal e a responsabilidade profissional como prioridades”, explicou a executiva.

O Conselho, segundo a médica-veterinária, defende a atuação junto aos órgãos reguladores para garantir que a regulamentação avance e contemple a

e controlado, o que anularia a vantagem agrícola e climática do Brasil.

O especialista destacou a importância para evitar o que aconteceu nos Estados Unidos, onde vários agricultores da Califórnia tiveram prejuízos ao se anteciparem às exigências do governo norte-americano, porque a legislação que o presidente Donald Trump aprovou no mandato anterior, impunha o limite de 0,3%, e eles acabaram perdendo todo o investimento.

De acordo com Malcher, a limitação ao THC ignora o efeito entourage — sinergismo farmacológico. O efeito ocorre quando a combinação de canabinoides e outros componentes da planta (terpenos e flavonoides) produz um resultado terapêutico superior ao de componentes isolados.

Por exemplo, o canabidiol pode potencializar os aspectos positivos do THC (como o efeito analgésico) e inibir o efeito colateral de ansiedade (a paranoia). Muitos tratamentos, incluindo dor crônica, demandam a presença de THC.

O modelo industrial, que tende a privilegiar moléculas isoladas, é contrastado com o óleo full spectrum (extrato completo da planta) fornecido pelas associações, que aproveita o sinergismo. A postura que visa limitar o acesso popular estimula a busca pelo mercado informal quando o produto industrializado não é eficaz ou é inacessível, gerando um grave risco à saúde pública. “O impacto prejudicial na saúde é muito maior em um ambiente não regulamentado. A pessoa vai procurar e ela não vai deixar de comprar um remédio que resolve a dor dela porque o político precisa dizer que usar esse remédio é imoral, ou porque o político precisa dizer que se a gente dissesse que maconha é remédio ia passar a mensagem errada para a população”, ressaltou.

O professor defendeu que o Brasil, com sua capacidade de pesquisa — como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), UnB e Universidade de São Paulo (USP) —, poderia criar um modelo de controle de qualidade e rastreabilidade de baixo custo para as associações, utilizando um laboratório público para certificação, garantindo a consistência dos produtos.

“A Embrapa teria cursos e grupos técnicos para orientar a produção dessas associações. A estatal teria missões para ir lá e ajudar, como tem missões para ir no campo e apoiar quem planta mandioca, para garantir a qualidade técnica da produção. E o material só poderia ser vendido se fosse analisado por um laboratório público”, afirmou o pesquisador.

***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

Utilização na medicina veterinária

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) também atua no debate, uma vez que o plano de ação no STJ contempla o uso veterinário. A RDC 936/2024 reconheceu formalmente os médicos-veterinários como prescritores de

fitocanabinoides.

A presidente da Comissão Nacional de Endocannabinologia Veterinária do CFMV, Caroline Campagnone, afirma que o Conselho orienta a prescrição responsável, baseada em evidências, utilizando produtos com origem

segura e laudos de qualidade. O CFMV reconhece que o alto custo e os entraves regulatórios levam os tutores a buscar fontes não regulamentadas, o que traz riscos graves aos animais.

“Essa realidade pode, de fato, levar os responsáveis a

buscar soluções não regulamentadas, o que representa riscos graves à saúde dos animais. Nesse cenário, o papel do CFMV é atuar junto aos órgãos reguladores para fomentar o registro de medicamentos específicos para uso



SERGIO ABRANCHES

NÃO DÁ PARA CONFIAR NA CÂMARA, OU EM TRUMP. SEIS DIAS APÓS O DISCURSO BÉLICO PARA GENERAIS EM SILÊNCIO SEPULCRAL, LIGOU PARA LULA E TIVERAM CONVERSA CORDIAL. TRÊS DIAS DEPOIS ANUNCIOU O ACORDO PARA TERMINAR A GUERRA EM GAZA. QUE PERSONA ADOTARÁ EM SEGUIDA? DE HOMEM CORDIAL, OU DOMINADOR IMPERIALISTA, DISTRIBUINDO SANÇÕES, TARIFAS ESCORCHANTES E EMPURRÕES?

Entre o alívio e a desconfiança

A Câmara dos Deputados aprovou a isenção do Imposto de Renda para rendas inferiores a R\$ 5 mil, que prevê alíquota maior para os mais ricos e guardou a anistia, acuado pelas ruas. Depois, rompeu acordos e retirou de pauta a medida provisória que cobrava Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de bets, fintechs e de fundos rentáveis e isentos.

Bets são dos negócios mais lucrativos do país, esbanjam dinheiro em propaganda no horário nobre, enquanto os brasileiros de baixa renda consomem seu orçamento jogando contra probabilidades imbatíveis. As fintechs, além de terem superlucros, são bancos digitais bilionários e usam o privilégio do incentivo tributário para concorrer com os bancos tradicionais.

Foi com boa dose de hipocrisia que o líder do PL orientou o voto contra a MP, dizendo que livrava o povo de impostos.

Apenas atendia aos lobbies e criava dificuldades para o governo, para supostamente prejudicá-lo nas eleições de 26.

A conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi cordial e positiva. A ver se o presidente norte-americano orientou seu secretário de Estado, Marco Rubio, filho de imigrantes cubanos, notório político da extrema-direita — que será o interlocutor junto ao vice-presidente Geraldo Alckmin e aos ministros das Relações Exteriores e da Fazenda — a manter a cordialidade. No momento, a virada de Trump foi um golpe duro para o filho trânsfuga agindo contra o país nos EUA e para o clã Bolsonaro.

A aprovação da reforma do Imposto de Renda e o arquivamento sine die da anistia foram bons para o governo. A retirada de pauta da Medida Provisória 1303/2025

foi um revés, mas fica a dúvida se, ao final, prejudicará Lula ou a própria facção contrária a ele. A ação nos bastidores do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), político neófito, e de Gilberto Kassab, mandachuva do PSD, político experimentado, acabou exposta ao público.

O governador tem dado sucessivas demonstrações de alinhamento com a extrema-direita e com os interesses do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), inelegível e condenado. Kassab empurrar o PSD para a direita pode ser um erro de cálculo que custará caro. O PSD tinha o centro aberto para uma carreira que poderia levá-lo ao topo, ocupando o espaço deixado vazio pelo ocaso do PSDB. Na direita, seu percurso será bem mais curto. As pesquisas mostram o recuo no apoio a Tarcísio e às pautas que abraçou, enquanto sobe a

popularidade de Lula.

A iniciativa de Trump foi uma pequena abertura ao relacionamento com o governo brasileiro, após o quase rompimento com a escalada das sanções. Será que mudou sua percepção e voltará atrás nas medidas punitivas adotadas contra o país e autoridades do Executivo e do Judiciário? O histórico da trajetória errática do homem na Casa Branca nada garante. Ele já humilhou o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, no Salão Oval, posteriormente, o tratou com deferência.

Recebeu o autocrata russo Vladimir Putin de forma amistosa, para depois ameaçá-lo com sanções, caso não aceite a paz com o país que invadiu. Já ameaçou a Ucrânia com a perda do território ocupado pela Rússia. Propôs transformar Gaza em um resort para milionários, agora é o patrono do acordo de paz e reconstrução do território a ser entregue à governança palestina com supervisão de técnicos internacionais, já aceito pelo Hamas e por Israel.

A Câmara só atende à pressão das ruas quando essa é capaz de contagiar suas bases eleitorais. Municuada pelas somas bilionárias das emendas e dos fundos partidário e eleitoral, representa só lobbies e grupos de interesse. Como na retirada de pauta da MP que taxava bets e fintechs. A Casa está descolada da sociedade, do povo, vota contra taxar os mais ricos, por exemplo, medida apoiada por 62% da população, de acordo com a pesquisa Genial/Quaest mais recente. Tornou-se uma instituição disfuncional que só é funcional ocasionalmente, por espasmos, quando empurrada pelas ruas indignadas.

Trump, o demolidor, criador do Departamento de Guerra, em lugar do Departamento de Defesa, agora virou Trump, o pacificador. Mas pode acordar o imperialista às antigas, brandindo suas armas econômicas e bélicas, para ser o exterminador de futuros. A Câmara age como se o futuro não importasse e o vai sabotando com suas escolhas temerárias.